As vozes que os políticos convocam para o discurso. Características do debate parlamentar português

Maria Aldina Marques
Universidade do Minho (UM)
mamarques@ilch.uminho.pt

Resumo. Ao exercer a sua função de controlo democrático do poder, o Parlamento Português, partidariamente plural, empenha-se numa atividade discursiva argumentativa que visa, nomeadamente, impedir que o adversário (Governo mas também Oposição) desenvolva as suas estratégias de poder sozinho e é, por isso, essencialmente polémico. Estas características sociais-discursivas põem em relevo a organização enunciativa-argumentativa do discurso político parlamentar. Uma das estratégias discursivas usadas pelo locutor assenta na convocação de outras vozes, com as quais se identifica ou das quais se distancia, pela necessidade de legitimar um posicionamento argumentativo em construção e tornar o seu discurso mais forte. O objetivo da presente investigação é analisar as vozes que os participantes no debate trazem para o discurso, as suas funções e os mecanismos discursivos ao serviço desta estratégia.
Palavras-chave: argumentação; debate parlamentar; discurso relatado; enunciação; imagens discursivas.

no prelo

1. O Discurso Político Parlamentar Português[1]

O Parlamento é um lugar de disputa de poder, onde se estabelecem e digladiam relações de força simbólicas. Como qualquer lugar de interação verbal, os discursos no parlamento são governados por regras, mais ainda quando o Parlamento é um lugar institucional, que necessariamente determina os discursos no seu quadro comunicativo global. Cingir-nos-emos ao debate da Interpelação ao Governo, um dos subgéneros de debate característicos do Parlamento Português[2].

As constrições impostas estão ritualizadas, desde logo, ao nível da estrutura do debate, constituído por três momentos articulados segundo três tipos de sequências:

a) Sequência de abertura, constituída por duas intervenções, a primeira do partido interpelante, seguida de uma intervenção do governo.
b) Sequências transacionais, que constituem o debate propriamente dito. São pedidos de esclarecimentos, relativamente às intervenções iniciais e novas intervenções que desencadeiam por sua vez novas perguntas e respostas.
c) Sequência de encerramento, constituída por duas intervenções e da responsabilidade do partido interpelante e do governo. Estas intervenções são de natureza avaliativa, visam essencialmente confirmar as divergências e reforçar as convicções próprias:

> (1) O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — E, *mais uma vez, este debate tornou claro quem tem a linha de rumo e quem está apenas preso a preconceitos e demagogia*. Aplausos do PS.
> O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, chegámos ao fim desta interpelação ao Governo. (DAR, 27 de fevereiro de 2009).

[1] Uma versão deste trabalho foi apresentada no encontro SEL, realizado na Universidade de Santiago de Compostela, em 2010, intitulado *As vozes dos Outros no Parlamento*.
[2] Sobre o discurso político parlamentar português, ver, nomeadamente, Marques (2000, 2006, 2007, 2011, 2015).

Também o espaço e o tempo, assim como o tema, estão pré-determinados, dado que os debates têm uma periodicidade e uma duração consignadas no Regimento, e o tema, proposto pelo partido interpelante, é anunciado com antecedência.

Finalmente, os objetivos são vários. Institucionalmente, cabe destacar a vigilância do Governo, tal como estabelece o Regimento:

> Com os debates parlamentares (...) a Câmara dos Deputados dá corpo a uma forma «de fiscalização política pela qual os partidos obrigam o Governo a apresentar-se na Assembleia e a ser confrontado com a crítica à sua política geral ou sectorial.»
>
> (www.parlamento.pt/glossário).

Este exercício institucional de vigilância, já o afirmámos várias vezes, visa impedir que o adversário desenvolva estratégias de poder sozinho; é uma vertente da dimensão democrática do poder ou, mais ainda, é a sua vulnerabilidade essencial que resulta do facto de este ser um poder partilhado. O debate não visa, pois, resolver diferendos mas amplificá-los, segundo duas perspetivas complementares e indissociáveis, de defesa da pertinência dos atos e posicionamentos adotados pelo locutor, ou pelo grupo a que pertence, e de ataque ao adversário, para daí retirar dividendos. Esta é uma perspetiva essencialmente « prática » dos debates parlamentares (CHARAUDEAU, 2005).

Mas outros objetivos se definem, em particular pelo facto de os interlocutores delimitarem e destacarem, pelo debate, espaços ideológicos de ação. Está em causa o facto de ser uma discussão *inter pares*. Neste sentido, o Parlamento tem a importância fundamental de ser o lugar permanente de confronto ideológico, que extravasa para outros espaços sociais apenas ou sobretudo em tempo de campanha eleitoral e aí segundo processos discursivos obviamente diferentes.

O debate da Interpelação ao Governo aqui tomado como objeto de análise atualiza as relações de força simbólicas em tensão no Parlamento, ao serviço da construção de uma palavra que se pretende eficaz. Compreender tal tensão, agonal e até mesmo polémica, passa em parte pela consideração de dois campos a que Charaudeau (2005), numa proposta de definição do discurso político, se refere como a *esfera do possível* e a *esfera do desejável*. Com efeito, o autor distingue o campo de ação da governação do campo de ação eleitoral. Ora, poder-se-á considerar que o debate da Interpelação ao Governo conjuga estas duas dimensões: a do possível para o governo, a do desejável para a oposição.

Cabe ainda realçar que, embora os participantes nos discursos parlamentares tenham a legitimidade simbólica que resulta dos atos eleitorais, tal facto por si só é insuficiente para chegar a um outro patamar do debate onde a influência política e o reconhecimento de autoridade própria (a nível grupal mas também individual) são fundamentais.

Por isso, ganha especial relevo a organização enunciativa do discurso, em particular, o modo como os interlocutores constroem as suas imagens e as imagens dos seus adversários. Charaudeau (1992: 26) define três condições para se ter direito a usar da palavra, fundamentais em qualquer interação (fazem parte do contrato de comunicação), mas deliberadamente amplificadas numa interação marcada pelo desacordo. São elas o reconhecimento do saber, do poder e do saber fazer dos interlocutores. Sendo os interlocutores eleitos e participando no debate no desempenho de prerrogativas parlamentares, o poder é inerente, mas o saber e, em particular, o saber fazer passam pela afirmação de um *ethos* de competência e de credibilidade. Nos debates parlamentares, o confronto faz-se amiúde para afirmar ou pôr em causa uma ou mais destas dimensões.

no prelo

O *corpus* selecionado é constituído por 15 debates de interpelações ao Governo realizados entre 1999 e 2009, publicadas no *Diário da Assembleia da República* (DAR), "o jornal oficial da Assembleia"[3].

Apesar de se afirmar que a *I Série* do DAR constitui o "Relato fiel e completo do que ocorr er em cada reunião plenária.", a situação real é na verdade diversa. Como bem mostram vários trabalhos desenvolvidos na área (RIBEIRO 2013; MANOLE, 2015), da oralidade que caracteriza o debate parlamentar à publicação escrita dos discursos realizados há um processo de transcrição que é também um processo de retextualização dos discursos parlamentares[4]. Este processo é muito amplo, indo além da correção de marcas estritamente interacionais, como interrupções, repetições, pausas preenchidas. O confronto dos materiais mostra de que modo e em que medida está implicada a interpretação do transcritor nos mais diversos domínios, desde a modalização à segmentação do *continuum* sonoro em unidades menores, com particular, relevo para a pontuação e outros sinais gráficos adotados, de que salientámos, para o presente trabalho, a introdução – ou não - de aspas assinalando a presença de discurso relatado (exemplos (4) e (5)).

Determinámos como objetivo nuclear analisar as vozes que os participantes no debate parlamentar trazem para o discurso, isto é, "outras vozes" que Brès (2005) define como forma de dialogismo interdiscursivo. Pretendemos, em particular, (a) identificá-las e determinar quais são preferenciais; (b) analisar os mecanismos discursivos que servem esta estratégia, em particular a integração do Discurso Relatado (DR) no discurso e as funções que desempenha na construção do discurso político parlamentar. A proposta de Amossy (2000), relativa à dimensão argumentativa dos discursos, bem como a teoria do *ethos*, desenvolvida pela autora (AMOSSY, 2010) a par de outros investigadores como Maingueneau (1998) e Charaudeau (2005) estão na base da presente investigação.

2. A heterogeneidade constitutiva dos discursos

Partimos da afirmação de Robert Vion (2000: 156) sobre a necessária heterogeneidade dos discursos[5], para enquadrar teoricamente o lugar que o locutor concede ao(s) outro(s) o seu discurso, ora como "condição de discurso" (HAILON, 2012) - categorizada por Authier-Revuz (1982) como heterogeneidade constitutiva - ora como objeto, a heterogeneidade mostrada, quando, continua Hailon, se trata de "…parler des mots d'autrui". Qualquer discurso é, assim, um espaço de circulação de dizeres, de sentidos, um discurso necessariamente dialógico[6], aberto aos outros e orientado "… vers le discours ambiant dont se nourrit la parole individuelle." (HAILON, 2012). O Discurso Político Parlamentar é exemplo a vários níveis dessa heterogeneidade constitutiva e mostrada.

Partiremos da hipótese de que as vozes convocadas pelos parlamentares (governo e deputados) sustentam um dizer político, que caracteriza em última análise o contexto social em que ocorre a interação.

A esta hipótese juntamos uma segunda, para propor que o Discurso Relatado (DR) é uma estratégia argumentativa que participa na construção da relação do locutor com os seus alocutários-adversários, em interdependência com a imagem que o locutor constrói de si próprio.

Deter-nos-emos, por isso, na determinação e análise da presença e funções do DR, como estratégia de afirmação ou de contestação do saber e saber fazer dos (inter)locutores no parlamento português.

---

[3] As duas séries do *Diário* são publicadas integralmente no portal da Assembleia da República.

[4] Para Marcuschi (2001: 46), a retextualização é a passagem de um texto em suporte oral para suporte escrito, que "envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido".

[5] "A unidade discursiva, qualquer que seja a sua natureza, é necessariamente heterogénea".

[6] Usamos *dialogismo* como conceito global, que integra, em particular, o conceito de *polifonia*.

no prelo

O Discurso Relatado é um dos modos de construção do discurso que mais tem suscitado a discussão a partir de perspetivas teóricas diversas[7], mas o enfoque discursivo, em que situamos esta investigação, remonta, como se sabe, a Bakhtine (1977: 161): « Le discours rapporté, c'est le discours dans le discours, l'énonciation dans l'énonciation, mais c'est en même temps, un discours sur le discours, une énonciation sur l'énonciation». Decorre deste enquadramento a integração do discurso (citado) no discurso (citante), segundo uma relação de hierarquização que subordina o primeiro ao segundo, através de mecanismos discursivos que realçam não apenas a importância da voz trazida para o discurso, mas também as funções que aí desempenha, salientando a relação do locutor com essa enunciação e, ainda, a particular relação que, pelo recurso do DR, o locutor estabelece com o seu alocutário. A dimensão discursiva do DR impõe ainda a consideração da sua relação com o género discursivo em que cada discurso se atualiza. O Discurso Político Parlamentar, aqui limitado ao debate da Interpelação ao Governo, é um género discursivo que privilegia, pela sua natureza argumentativa, a convocação de outras vozes, que cria uma particular textura enunciativa (MOIRAND, 2007: §23), num quadro de tensão e desacordo entre os participantes no debate.

Em particular, daremos atenção a processos de discurso direto e indireto mas também a outros tipos de DR como as "ilhotas textuais"[8] e outras formas do domínio do implícito, como é o caso da alusão, que Moirand (2007: §23) classifica como *heterogeneidade sugerida* por contraste com a heterogeneidade mostrada das primeiras categorias aqui apresentadas.

Na articulação à teoria da argumentação no discurso (AMOSSY, 2000), o DR tem características e funções discursivas próximas do que Grize propõe como "éclairage". Na proposta de Amossy[9], a argumentação no discurso explora a eficácia da palavra em situação, objeto de uma encenação (mise-en-scène), pois nenhum raciocínio, nenhuma ideia, tem força de *per se*. A organização enunciativa faz parte dessa encenação discursiva-argumentativa.

A esta perspetiva, o conceito de "éclairage" de Grize fornece uma base teórica que se presta a uma aplicação analítica muito interessante. *Éclairage* é o julgamento avaliativo que determina a construção do objeto discursivo, nomeadamente ao nível do léxico:

> Les objets du discours doivent être éclairés, ce qui revient à mettre en évidence quelques-unes de leurs facettes et à en occulter d'autres et tout éclairage colore ce qu'il illumine, ce qui découle du fait qu'il se sert des préconstruits culturels qui ne sont jamais neutres. (GRIZE, 2004 : 42-43).

Tais juízos de valor reforçam a posição do locutor. Ora, nos debates parlamentares, o DR tem, muito claramente, esta função[10].

---

[7] A nível internacional o Grupo CI-DIT é, talvez, o centro agregador dos diversos interesses, mas todos os estudos sobre questões de polifonia e/ou dialogismo cruzam necessariamente e ampliam este espaço de discussão. Salientarei dos autores estrangeiros e portugueses apenas alguns nomes e textos como Rosier (1999, 2008), Lopez Muñoz *et al*. (2004), Brès *et al.* (2005) e Duarte (2003).

[8] *Ilhotas textuais* são fragmentos textuais entre aspas (ou em itálico); são uma forma de DR. Kjersti Fløttum (2008), refere três tipos de ilhotas textuais «(I) îlot textuel en DI (Jean dit que … "X" …) ; (IIa) îlot textuel hors DI avec source explicite (selon (les paroles de) Jean, … "X" …) ; (IIb) îlot textuel hors DI sans source explicite (… "X"…). »

[9] A teoria da argumentação no discurso mobiliza uma macroanálise que toma em consideração o contributo de uma microanálise, em especial o valor argumentativo das unidades linguísticas (Marques, 2007). O objetivo é descrever o modo de organização da argumentação, considerando a interação ou discurso na sua globalidade. R. Amossy (2000 :120) sustenta que « l'essentiel de l'échange argumentatif, (…) réside (…) *dans un discours par définition dialogique* où c'est la relation entre le locuteur et ses allocutaires qui donne sa force au propos.»

[10] Não existe uma tradução para o conceito de *éclairage*. Sendo, à partida, traduzível por iluminação, clarificação, a definição dada pelo autor aproxima o conceito de *representação do objeto* (mostrando dele o que convém ao discurso), ou ainda *focalização*, pelo destaque que dá a determinadas características e detrimento de outras. De qualquer forma, é apresentado como resultado de uma escolha, determinada, obviamente, por diversos parâmetros contextuais.

Em Moirand (2007: §29), tal juízo de valor faz parte da memória das palavras : « L'éclairage repose donc pour moi sur la «mémoire des mots», qui, comme le dit Bakhtine «n'oublient jamais leur trajet» et transportent avec eux les discours qu'ils ont traversées.». Ora, o próprio do discurso relatado não são as palavras mas os discursos em circulação. E os debates parlamentares são efetivamente «éclairés» pelas vozes que o locutor traz para o discurso. O posicionamento avaliativo que enquadra o DR confere-lhe centralidade no que concerne os debates parlamentares, onde, pelo seu caráter de confronto "il s'agit moins de communiquer des faits que de donner d'emblée un certain éclairage.".

As vozes alheias, convocadas para o debate, têm esta primeira função discursiva de *iluminar* o percurso argumentativo seguido pelo locutor, a fim de tornar o seu discurso mais forte e, simultaneamente, aprofundar e tornar mais firme o desacordo.

3. Circulação de dizeres: os "outros" no discurso parlamentar

A ocorrência de outras vozes no discurso dá lugar à inscrição de uma atitude avaliativa do locutor face ao discurso convocado, que essencialmente se realiza segundo dois eixos, de convergência e divergência, relativamente às vozes convocadas e ao adversário.

3.1. A identificação das vozes

Em primeiro lugar, cabe responder à questão básica da identificação dessas vozes trazidas para o debate. O grau de presença de um discurso alheio e consequente identificação da sua origem é variável; vai da identificação da voz citada (1), a construções mais indeterminadas, que convocam uma voz anónima (2) por vezes "funcionalizada"(3), até à alusão marcada no discurso por aspas (4), até ao apagamento total da fonte enunciativa (5), apenas reconhecida se presente na memória interdiscursiva dos participantes e dos leitores. Efetivamente, (4) atualiza a voz de Camões (As armas e os barões assinalados/(...)/Cantando espalharei por toda a parte,*/Se a tanto me ajudar o engenho e arte*), enquanto (5) é um verso de um poema "Cantata de Paz" de Sofia de Mello Breyner Andresen, que foi usado como letra de uma cantiga de intervenção (Vemos, ouvimos e lemos/não podemos ignorar)[11].

Entram numa categoria de citações célebres.

> (1) O Sr. Jorge Neto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem», disse Montesquieu na sua obra *O Espírito das Leis*. (DAR, 23 de dezembro de 1999, p. 33)
>
> (2) O Sr. Luís Fazenda (BE): (…) Isso é uma escolha do Partido Socialista e do Governo, não é a realidade do debate. O Sr. Ministro das Finanças quer passar por este debate e fingir que não há um comunicado da Caixa Geral de Depósitos acerca do caso Manuel Fino.
> O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exactamente!
> — Vou citar alguém muito próximo do Sr. Ministro das Finanças, para lhe dizer o seguinte: «Como eu o compreendo!». (DAR, 26 de fevereiro de 2009, p.18)

[11] Outras vozes não identificadas têm origem em episódios mais ou menos burlescos do momento, que alimentam uma dimensão sarcástica, satirizadora mas também humorística, que o parlamento não dispensa: "O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — (…) Sr. Ministro, obviamente, não lhe vou dizer «porque non te callas?», mas tenho de lhe perguntar: «porque non te pagan?» Onde é que estão estes investimentos? Onde é que está o dinheiro? Como é que isto se repercutiu na economia portuguesa, Sr. Ministro?" (DAR, 21 de Maio de 2009, p. 32)

(3) O Sr. Ministro da Justiça (António Costa): (…) Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Como dizia o poeta[12], «o caminho faz-se, caminhando» e o Governo percorre, passo a passo, o caminho que vos propõe percorrermos em conjunto. (DAR, 3 de fevereiro de 2000, p.1)

(4) O Sr. José Manuel Ribeiro (PSD): Pois, Sr. Ministro, em Portugal, o plano do Governo português nesta matéria, lamentavelmente, apresenta uma manifesta insipiência, não tendo nem «arte» nem «engenho» nem mesmo capacidade para aceitar as medidas que o PSD apresentou e que promovem o emprego, estancam o desemprego e permitem a liquidez das empresas. (DAR, 26 de Fevereiro de 2009, p.12)

(5) O Sr. José Alberto Lourenço (PCP): — Vemos, ouvimos e lemos que a banca cobra *spreads* de 3% a famílias jovens que necessitam de adquirir a sua habitação. (DAR, interpelação nº 25X-09, de 4 de Fevereiro de 2009, p.27)

O apagamento da fonte enunciativa realça o facto de que estas citações vivem por si. Fazem parte do interdiscurso, do conhecimento doxal e por isso ganharam independência[13]. Numa perspetiva informativa, são *soundbites*; tendo em conta a problemática do discurso relatado, surgem no discurso como *ilhotas textuais*, marcas da abertura do discurso ao interdiscurso.

A identificação da fonte relatada não é uma característica fundamental do debate parlamentar; diverge, por exemplo, do que ocorre no artigo científico. De facto, há uma *exatidão* muito relativa nas formas de citação. A indicação do autor e da obra (por vezes só do autor) são suficientes e adequados para citações que simplesmente fazem parte das características da tradição oratória política.

Neste universo político, mais do que a identificação é a função que importa. Em (1), o locutor mostra conhecimento dos clássicos da literatura universal. A citação está ao serviço da construção do seu *ethos*, neste caso um *ethos* de orador culto, e, por isso, capaz de seduzir pela palavra. A citação é o ponto de partida credibilizado, que credibiliza o locutor. Veja-se a continuação de (1):

(1.a) O Sr. Jorge Neto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem», disse Montesquieu na sua obra *O Espírito das Leis*.
De facto, a nossa lei fundamental prescreve, no seu artigo 103.º, n.º 1, que «o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza». Vale isto para dizer que o nosso sistema fiscal não se reduz à perspectiva economicista da arrecadação de receitas *tout court*, visando, *a fortiori*, conformar-se com o Estado social, configurado, *qua tale*, na Constituição da República Portuguesa. (DAR, 23 de dezembro de 1999, p. 33)

A continuação sequencial, que convoca a autoridade da Constituição Portuguesa, não encadeia sobre a citação de Montesquieu, pese embora o uso do marcador discursivo *de facto*.

Já a indeterminação da fonte, nos outros casos assinalados, pressupõe que se trata de discurso partilhado, marca de pertença a um grupo, num dado momento histórico.

3.2. Relação do locutor com as vozes convocadas

Relativamente às vozes alheias que traz para o discurso, o locutor assume dois posicionamentos, de proximidade ou de afastamento.

[12] É um poeta castelhano, Antonio Machado. E a citação é um verso do poema «Proverbios y cantares», de «Campos de Castilla».
[13] Reenviamos a Amossy (2000: 99): Nous utiliserons le terme d'interdiscours pour renvoyer à la dissémination et à la circulation des éléments doxiques, dans des discours de tous types. Dans la mesure où il s'agit de déceler l'inscription ponctuelle dans le discours oral ou écrit des évidences partagées ou des plausibilités d'une collectivité datée, on parlera d'éléments doxiques plutôt que de doxa.

Os comentários metadiscursivos que acompanham a citação são fundamentais para construir essa adesão ou afastamento. Vários mecanismos linguísticos estão ao serviço dessa estratégia, assegurando essa interpretação, como, nos exemplos (6), (8), os adjetivos, que estão ao serviço de uma modalidade avaliativa positiva: "de uma forma *muito clarividente*", "diagnóstico *preciso*", "uma pessoa *insuspeita*", "num artigo *muito interessante*", ou, em (9), a estrutura relativa apositiva, que ativa uma pressuposição[14]: "os bispos de Angola, *que de Angola sabem, com certeza, mais do que qualquer um de nós, do que V. Ex.ª, do que eu, do que o Sr. Ministro Jaime Gama ou do que o Sr. Primeiro-Ministro*...".

Os comentários negativos, por sua vez, acentuam o afastamento. A contestação do dizer relatado, associada por vezes à ironia (exemplo (21)) são algumas das estratégias usadas: "*Não há dúvida nenhuma de que V. Ex.ª tem razão: ultrapassamo-las, mas para pior"*.

As funções discursivas do DR são indissociáveis destes procedimentos e destas características.

3.2.1. Vozes de autoridade – vozes preferenciais

As vozes convocadas são sobretudo vozes de autoridade a que o locutor se assimila; representam valores fundamentais da sociedade democrática, e estão agregadas a diferentes áreas e momentos históricos desta mesma sociedade.

Tendo em conta as localizações temporais das vozes, é possível determinar aí duas grandes categorias.

A primeira agrega vozes contemporâneas: vozes institucionais; vozes coletivas e vozes individuais que trazem para o debate a opinião:

i) de quem decide:

São vozes que fazem parte de uma autoridade institucional que inclui instituições e géneros discursivos diversos, desde textos fundadores (Constituição da República), a relatórios de comissões nacionais e internacionais, ou mesmo tomadas de posição institucionais, com saliência para intervenções do Presidência da República.

> (6) O Sr. Jorge Neto (PSD): (...) Outrossim, o Sr. Presidente da República há dias, na Finlândia, dizia, sobre esta matéria, o seguinte: «Sendo Portugal uma pequena economia aberta, o abrandamento do crescimento económico dos nossos principais clientes afecta negativamente a actividade económica em Portugal.». Aqui está, num ápice, de facto, de uma forma muito clarividente, o diagnóstico preciso do Sr. Presidente da República.... (DAR, 20 de fevereiro de 2003, p.18-19)

> (7) Não estranha, por isso, o CDS que, a dado passo no Relatório, se afirme que a «actuação do Governo na área da farmácia e do medicamento assumiu, por vezes, no seu anúncio e divulgação, tons mais ajustados a processos de política-espectáculo», dando como exemplo, exactamente, a presença conjunta do Primeiro-Ministro e do Ministro da Saúde num hipermercado... (DAR, 30 junho de 2006, p. 6412)

ii) de especialistas (política, economia, justiça, sociologia, religião, etc.):

> (8) A Sr.ª Teresa Caeiro **(**CDS-PP): — (…) Ó Sr.ª Ministra, mas poderia achar que isto é uma teimosia do CDS. Vou dar-lhe apenas o exemplo de uma pessoa insuspeita, que é o Prof. Dr. Walter Osswald, que diz, num artigo muito interessante da *Revista da Ordem do Médicos*, que o ideal seria que todos os medicamentos passassem a ser prescritos apenas pela sua designação comum internacional. (DAR, 26 de junho de 2009, p.15)

[14] (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986)

(9) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): (…) Lembro-lhe apenas o que dizem os bispos de Angola, que de Angola sabem, com certeza, mais do que qualquer um de nós, do que V. Ex.ª, do que eu, do que o Sr. Ministro Jaime Gama ou do que o Sr. Primeiro-Ministro, que entretanto se foi embora. Dizem os bispos de Angola: «A Igreja insiste que, se não houve possibilidade de evitar o começo da guerra, seja agora procurada a possibilidade urgente de lhe pôr fim. ». (DAR, 27 de abril de 2000, p.24)

iii) de "opinion makers": jornalistas, académicos, políticos, advogados, entre outros. Os *mass media* detêm aqui uma autoridade fundamental:

(10) O Sr. Guilherme Silva (PSD): (…) E António José Teixeira escreveu no *Diário de Notícias*: «A questão que melhor ilustra a crise da justiça é a necessidade absoluta que os cidadãos sentem de recorrer da própria justiça. Da injustiça» (DAR, 3 de fevereiro de 2000, p.37)

(11) O Sr. Ministro da Economia: (…) Tenho aqui uma fotocópia de um artigo do *Wall Street Journal*, de 2 de Janeiro deste ano, Sr. Deputado, portanto bastante actual, que diz simplesmente isto: «Na verdade, desde 1997, que Portugal tem vindo a falhar quando se trata de encurtar a distância que o separa do resto da União Europeia». (DAR, de 20 de fevereiro de 2003, p.20)

Ainda que, nesta categoria em particular, o discurso relatado possa ocorrer em discurso indireto (DI), é o discurso direto (DD) que é claramente preferencial, acentuando a importância do conteúdo relatado e a ativação de um pressuposto de objetividade ligado ao DD, que a explicitação da origem das vozes reforça. A proximidade a estas vozes decisoras, vozes de poder, credibiliza o locutor e o grupo a que pertence.

Uma segunda categoria agrega, a par destas, outras subcategorias relativas a vozes intemporais (ainda que a voz particular convocada possa ser contemporânea), ligadas em especial à cultura no seu sentido mais amplo:

i) figuras da História da Humanidade

São convocadas por corporizarem valores fundamentais da política que são também valores sociais, humanos, como liberdade, responsabilidade, honestidade, verdade, humildade, patriotismo, sentido de dever, por contraposição a vícios, defeitos ou contravalores, nomeadamente de hipocrisia, arrogância, incoerência ou irresponsabilidade, sempre que possível atribuídos aos adversários. De facto, a contraposição de atitudes e valores é evidente:

(12) O Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Manuel Pinho): — Disse, um dia, Vítor Hugo que «a opinião de um homem pode mudar desde que a sua consciência não mude».
Não quero acreditar que o CDS tivesse uma opinião sobre as micro e pequenas empresas quando estava no governo e tenha agora outra, totalmente diferente, quando está na oposição. (DAR, 21 de maio de 2009, p.10)

São filósofos, escritores, mas também políticos, e outros pensadores, isto é, nomes prestigiados e prestigiantes da tradição literária e filosófica (num sentido amplo), autoridades de dimensão "civilizacional". Sustentam os princípios de atuação política do locutor que, por isso, estabelece com estas vozes uma relação de convergência, marcada nas estruturas avaliativas positivas (o pensamento *que perfilho*; um dos *grandes* pais da democracia")[15]:

[15] E se são convocadas para que o locutor se afaste, nunca está em causa a autoridade convocada, mas o tópico referido: "termino citando o pensador Eduardo Lourenço, que refere que «quem está por detrás desta investida bélica, desumana e cruel é a América do Ku Klux Klan, do esclavagismo ainda mal digerido, do macarthismo remanescente da guerra fria, convertido agora em fixação mórbida e paranóica». Nós não estamos com esta paranóia, nós não estamos com esta morbidez!" (DAR, 21 de fevereiro de 2003, p. 57).

(13) O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: — (…) Recordaria, aliás, (...) o pensamento, que perfilho, de um dos grandes pais fundadores da democracia americana, Benjamin Franklin, que dizia que, se um homem estiver disposto a abdicar da sua liberdade para proteger a sua segurança, não merece ter uma nem outra. Somos contra o terrorismo, sim, mas com respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos. (DAR, 2 de março de 2006, p.22)

ii) sabedoria popular

É um dos recursos mais característicos, usados pelos oradores que, através de diferentes processos de modificação e de paráfrase, jogam com a força dos provérbios, usufruindo da sua universalidade, para construir uma força "local". Com efeito, obtêm assim um valor argumentativo acrescido pela possibilidade de preservar a autoridade *gnómica* da voz original, mas adaptando-a a uma situação específica:

(14) O Sr. João Carlos da Silva (PS): (...) Quando é que param de dizer mal e começam a fazer propostas? (...) não posso deixar de relembrar aquele ditado que diz «Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz», adaptando-o ao Parlamento nacional: «Ouve a Manuela, mas não olhes para a obra dela»! (DAR, 23 de dezembro de 1999, p.39)

(15) O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Manuel Epifânio, diz o povo que «contra factos não há argumentos». Mas devo dizer-lhe que subverteu completamente o ditado. Para V. Ex.ª o ditado, agora, é assim: «contra a ausência de factos há anúncios». (...)
Aquilo que ouvi de si foi um programa de governo, mas parece esquecer que já lá estão há seis anos. (DAR, 25 de maio de 2001, p.37)

A representação destes discursos tem, claramente, uma dimensão lúdica, de zombaria mesmo, em que o adversário é a vítima visada. Por outro lado, a aproximação ao dito popular para o refazer como *jeu d'esprit*, dá uma imagem positiva do "orador".

Esta estratégia de modificação estende-se, aliás, a outras vozes e outros discursos, que o locutor convoca para usufruir da autoridade convocada e simultaneamente da aplicação a um caso específico:

(16) O Sr. Carlos Encarnação (PSD): (…) Podia sintetizar o que acontece com a política desenvolvida por este Governo socialista em relação a África numa frase de Bernard Shaw, parafraseando-a. Bernard Shaw disse uma vez que a Inglaterra e os Estados Unidos se desentendiam pela mesma língua. O que hoje acontece entre Portugal e Angola é que se desentendem pelo mesmo socialismo. (DAR, 27 de abril de 2000, p.53)

(17) O Sr. Jorge Lacão (PS): (…) quando se fala de crise, esta tem muitas vezes a ver com o sentido dos exemplos que cada um dá. Por isso, permitam-me também que recorde aqui um autor, já falecido mas cujo pensamento é ainda nosso contemporâneo, Karl Popper, quando, a propósito dos debates e da liberdade de opinião, estimulava os intelectuais (e eu acrescentaria: por que não os políticos?) no sentido de não exprimirem opiniões em falso antes de terem o mínimo de convicção e de certeza ... (DAR, 3 de fevereiro de 2000, p.41)

3.2.2. Vozes dos adversários: convocar para desacreditar

Já a voz dos adversários é convocada para ser desacreditada. Tendo por pano de fundo as características "éticas" de coerência, responsabilidade, credibilidade, que enformam a imagem do

no prelo

"homem político" (Charaudeau, 2005), o locutor mostra discursos que fragilizam o adversário, constituindo-se como ataques *ad hominem*[16]:

> (18) A Sr.ª Teresa Caeiro **(**CDS-PP): — (…)Em Maio de 2005, os senhores diziam o seguinte — oiça, Sr.ª Ministra: «será generalizada, com a maior urgência, a prescrição medida pela denominação comum internacional», ou seja, pelo princípio activo. Nada aconteceu!
> (…) e os senhores apresentam medidas anticrise que assentam exactamente na prescrição por denominação comum internacional, sendo que nada fazem para que essa prescrição seja generalizada. (DAR, 26 de junho de 2009, p. 14)

Porque o debate da interpelação ao Governo se destina a potenciar o desacordo, a relação interpessoal assenta numa divergência de pontos de vista que é fundamental. Citar o adversário é, pois, construir uma imagem de incoerência do indivíduo ou do grupo, dado que nestes debates, havendo efetivamente lugar para a afirmação do indivíduo, ele se enquadra sempre num grupo. Há uma solidariedade intragrupo que é preponderante. A acentuação do desacordo explora essa ambivalência:

> (19) O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Infelizmente, não chegam para reverter esta situação as vozes de dentro do próprio Partido Socialista, como a de Manuel Alegre, que, em entrevista ao Diário de Notícias de 29 de Junho último, afirmava: «Pretendi educar muita gente no PS dentro do espírito de tolerância, mas pelos vistos sem resultado» (DAR, 5 de Dezembro de 2007, p.47-48)

Desacreditar a imagem do alocutário-adversário é a função primeira destes usos do DR. O locutor argumenta pela desqualificação do adversário, convoca para descredibilizar:

> (20) O Sr. Henrique de Freitas (PSD): (...) E o País assistiu, no último mês, à desafinação socialista que, em vários tons – Governo por um lado, grupo parlamentar por outro, comissão política do PS por outro –, tocaram várias escalas e várias melodias diferentes. Algumas melodias bastante interessantes! Uma delas é tocada pelo Dr. João Soares e explica um pouco o que se passou hoje, nesta tarde, neste hemiciclo: «o Dr. Jaime Gama tem dificuldade em exprimir afectos» — também tem dificuldade em exprimir esclarecimentos! (DAR, 27 de Abril de 2000, interpelação n.º 3/VIII p.44)

> (21) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): (...) V. Ex.ª é ainda o Ministro que um dia disse: «Sim, Bruxelas faz muitas previsões, mas, felizmente, temos conseguido sempre ultrapassá-las.». Não há dúvida nenhuma de que V. Ex.ª tem razão: ultrapassamo-las, mas para pior. (DAR, 21 de maio de 2009, p.7)

> (22) O Sr. Ministro da Presidência (Nuno Morais Sarmento): (...) Sr. Deputado, de todas as suas contraditórias declarações, só há uma em que o encontro coerente, que é quando diz: «(…) vão concretizar-se passos. Não é fácil. Costumo dizer que, nesta legislatura, teremos de pensar o problema da RTP como na anterior se pensou Foz Côa.» Penso que tem toda a razão: puseram tudo debaixo de água! (DAR, 29 de maio de 2002, p.18)

Os participantes no debate parlamentar partilham uma história discursiva que é muitas vezes usadas para confrontar o adversário, mostrar as suas fragilidades:

> (23) Sr. Paulo Portas (CDS-PP): (…) De modo que terminaria, Sr. Presidente, perguntando ao Dr. Durão Barroso o seguinte, porque é importante para que os portugueses percebam o fundo da questão: o Dr. Durão Barroso disse, no dia 12 de Julho de 1999, que, e passo a citar, «a curto e médio prazo não é possível uma solução negociada para a guerra em Angola». Sr. Deputado Durão Barroso, seis meses depois mantém ou mudou de opinião? Se mantém, isso significa que aceita a solução militar. (DAR, 27 de abril de 2000, p.22)

[16] A contestação do adversário passa ainda por construir discursos ficcionados, pretensamente produzidos pelo adversário (Marques, 2006) e sempre ridicularizados na forma ou na expressão.

Ao adversário político, o locutor agrega ainda vozes "disfóricas", negativas, desprestigiantes:

> (24) O Sr. Hugo Velosa (PSD): — (...) o Governo quer atacar os problemas «orgulhosamente só», como hoje confirmou? Esta arrogância é uma verdadeira irresponsabilidade. (DAR, 27 de Fevereiro de 2009, p. 32)

Em (24), o locutor realiza uma crítica à incapacidade do Governo para resolver os problemas nacionais, pela convocação de uma voz disfórica. O agravamento dessa acusação faz-se pela evocação de um fragmento de um discurso de Salazar, o ditador do período do Estado Novo, proferido em fevereiro de 1965, na tomada de posse da Comissão Executiva da União Nacional[17].

3.3. O DR na construção das relações argumentativas

A par desta função primordial de participação na construção das imagens e da relação dos interlocutores no debate, que cria pela compresença polifónica uma particular "textura enunciativa", como refere Moirand (2007) e que participa na construção argumentativa do discurso, as vozes citadas servem ainda a atividade argumentativa dos participantes a partir dos valores a elas agregados. O DR atualiza a voz escolhida pelo locutor, para a fazer ouvir no discurso e assim - e fundamentalmente - se fazer ouvir de um determinado modo, autorizado e credibilizado.

Ao nível da sequencialidade argumentativa, o discurso relatado é integrado em estruturas onde funcionam como argumentos para determinadas conclusões. Nos exemplos abaixo, os marcadores discursivos assinalam explicitamente essa relação. O DR permite justificar posições (27) e (26), estabelecer analogias (25), invocar evidências (28) que sustentam a argumentação. Em todas as situações, o discurso relatado é um procedimento que intensifica a força argumentativa do posicionamento do locutor

> (25) O Sr. Francisco Louçã (BE): (…) Um conselheiro escrevia, há muitos anos atrás, chamava-se ele Maquiavel, a seguinte recomendação aos vencedores: «Ao tomar conta de um Estado, o conquistador deve avaliar as medidas duras que devem ser tomadas e executá-las de uma só vez. As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo». Repito: «As crueldades devem ser cometidas todas ao mesmo tempo».
> E é assim que o Governo tem procedido, torturando os mais desprotegidos (DAR, 29 de maio de 2002, p.5)

> (26) O Sr. Durão Barroso (PSD): (…) Diz o relatório Fowler, recentemente aprovado nas Nações Unidas, que «Portugal continua a ser um país-chave para a UNITA, em termos de mobilização de apoio político e também como fonte de apoio comercial e logístico».
> Afinal, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a nossa política para Angola? É importante que nesta matéria não persistam ambiguidades. (DAR, 27 de abril de 2000, p.8)

> (27) O Sr. Ministro do Equipamento Social: (…). Como dizia, a Comissária europeia fez uma declaração importante, no sentido de, também nessa área e mesmo depois de 2006, poder continuar a haver financiamentos europeus. Portanto, há uma janela de oportunidade, que temos obrigação de agarrar. (DAR, debate da interpelação n.º 12/VIII , 25 de Maio de 2001, p. 18)

> (28) O Sr. Hugo Velosa (PSD): (…) Dos rendimentos declarados, apenas 60% são tributados, o que tem a ver com uma clara responsabilidade política do Governo, pois, como se conclui naquele insuspeito relatório [OCDE], «a administração fiscal é ineficiente, falta em Portugal um registo

[17] "Assim, bastantes povos africanos nos parecem mais compreensivos das realidades e mais moderados de atitudes. Eis o ganho positivo desta batalha em que - os portugueses europeus e africanos combatemos sem, espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós." (http://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html)

moderno de propriedade e há relutância para desenvolver informação cruzada entre as diferentes autoridades fiscais e da segurança social». (DAR, interpelação ao Governo n.º 14/VIII, 26 de Setembro de 2001, p. 15)

4. Conclusão

O debate parlamentar é um discurso plurilogal e dialógico. O relato de discurso dá-lhe uma textura enunciativa específica; convergem aqui vozes diversas com funções também diversas.

Convocar uma voz é sempre assumir uma responsabilidade, a responsabilidade de a haver escolhido e integrado, de um determinado modo, no próprio discurso.

Quando essas vozes são vozes de autoridade, estão ao serviço da promoção de valores, de ações e posições e, por isso, reforçam a defesa da (i)legitimidade da ação política dos participantes no debate parlamentar.

Mas, a natureza de confronto, de dissenso, do debate parlamentar dá lugar, também, à convocação da voz do adversário para o desacreditar. É que a valorização do discurso próprio tem como correlato o enfraquecimento do discurso do adversário e, vice-versa, o enfraquecimento (do discurso) do outro reforça a posição do locutor.

O valor argumentativo do DR é, pois, claro. O locutor usa-o, nas formas canónicas, de discurso direto e indireto, ou segundo outros mecanismos mais ou menos explícitos, para trazer ao seu discurso vozes das quais se pode distanciar (e aqui a voz do adversário tem lugar de destaque) ou às quais se junta, para usufruir do seu prestígio de autoridade. Entre outros efeitos discursivos, as vozes de autoridade criam um efeito de evidência que favorece o locutor e torna o seu discurso argumentativamente mais forte.

O Discurso Relatado é uma estratégia argumentativa que participa na construção da relação do locutor com os seus alocutários-adversários, em interdependência com a imagem que constrói de si próprio.

Nem todas as vozes estão explicitamente identificadas. Esta é uma característica destes debates políticos. De facto, o apagamento das fontes explica-se ora porque são vozes e (fragmentos de) discursos socialmente partilhados (o contexto social em que ocorre a interação faculta a informação em falta) ora porque o conteúdo se sobrepõe, em importância estratégica, à fonte.

Referências bibliográficas

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le Discours - discours politique, littérature.* Paris: Nathan, 2000.

AMOSSY, R. *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France, 2010.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. DRLAV 26, 1982, p. 91-151.

BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1977.

BRES, J. *et al. Dialogisme, polyphonie : approches linguistiques*. Paris : Duculot, 2005.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Le Discours Politique. Les Masques du Pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

DUARTE, I. M. *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para uma análise da construção polifónica de* Os Maias *de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fund. para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

no prelo

FLOTTUM, K. Fragments guillemetés dans une perspective polyphonique. *Verbum Analecta Neolatina* X/2, 2008, p. 365–374.

http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/Diverse%20artikler/Flottum_guillemets.htm

GRIZE, J.-B. Le point de vue de la logique naturelle : démontrer, prouver argumenter. *In* DOURY, M. & MOIRAND, S. (ed). *L'argumentation aujourd'hui – positions théoriques en confrontation*. Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 45-76.

HAILON, F. L'énonciation dans les pratiques de l'hétérogène. *Travaux neuchâtelois de linguistique 56*, 2012, p. 119-134.

MAINGUENEAU, D. *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod, 1998.

MANOLE, V. *Le débat parlementaire en portugais (Portugal, Brésil) et roumain: approche pragmatico-discursive* (Tese de doutoramento*).* Universidade de Paris 8, 2015.

MARCUSCHI, L. A. *Da Fala para a Escrita: Atividades de Retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, M.A. *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: CEHUM/ Universidade do Minho, 2000.

MARQUES, M.A. Debate político e discurso relatado – dimensões de uma ficção». *Actas do VII Congrés de Linguística Genera*l. Barcelona: Universidade de Barcelona (CD-rom), 2006.

MARQUES, M. A. Discordar no Parlamento: estratégias de argumentação». *Revista Galega de Filoloxía* nº8, (Área de Filoloxía Galega, Departamento de Galego-Português, Francês e Lingüística), Universidade da Corunha, 2007, p. 99-124.

MARQUES, M. A. La reprise dissensuelle dans le discours politique parlementaire – du dialogal au dialogique. *Cahiers de Praxématique* 57, 2011, p. 133-146.

MARQUES, M. A. Argumentar em tempos de crise no Parlamento português. *Revista Portuguesa de Humanidades | Estudos Linguísticos* 19-1**,** 2015, p. 99-120.

MOIRAND, S. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. *Semen 22, Énonciation et responsabilité dans les médias*, 2006. [En ligne], mis en ligne le 16 mai 2007. URL : http://semen.revues.org/document2798.html. Acesso: 03 de Novembro de 2009.

MOIRAND, S. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Corela*, 2007. Acesso: 30 de setembro 2016. URL : http://corela.revues.org/1567

MUÑOZ, J.M., MARNETTE, S. ET ROSIER, L. *Le Discours Rapporté dans tous ses* états: question de frontières. Paris: L'Harmattan. 2004.

MUÑOZ, J.M., MARNETTE, S. & ROSIER, L. (ed). *Dans la jungle des discours. Genres de discours et discours rapportés*. Cádiz: Universidade de Cádiz, 2005.

RIBEIRO, M. R. *A palavra dita e a palavra escrita: encontros e desencontros*. Tese (Doutoramento em Linguística Portuguesa). Universidade de Évora, 2013.

ROSIER, L. *Le discours rapporté : histoires, théories, pratiques*. Paris: Duculot, 1999.

ROSIER, L. *Le discours rapporté en Français*. Paris: Ophrys, 2008.

VION, R. L'analyse pluridimensionnelle du discours. *In* BERTHOUD, A. C. & MONDADA, L. (ed.). *Modèles du Discours en confrontation*. Bern: Peter Lang, 2000, p.151-156.

Sitografia

Portal do Parlamento Português, www.parlamento.pt/glossário.

http://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html

no prelo